



## Relatório Mundial 2011: Angola

### Os Acontecimentos de 2010

Em 5 de Fevereiro, após discussão pública mínima, a nova constituição de Angola entrou em vigor. Foi aprovado no final de Janeiro pelo Parlamento, que tem sido dominado pela poder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) desde 2008. A Constituição consolida os poderes de facto do Presidente sobre as instituições do Estado e prescreve um modelo baseado no Parlamento de eleger o Presidente, em vez de eleições separadas.

Em Abril, o Parlamento aprovou uma lei para travar a **corrupção endémica de Angola**, após novo discurso de combate à corrupção "tolerância zero" do Presidente. A lei ainda não foi implementada.

Direitos fundamentais como **a liberdade de expressão e de informação** se tornou mais limitados em 2010, apesar de fortes garantias na nova Constituição. O ambiente de defensores dos direitos humanos permanece limitado. Várias organizações de direitos humanos continuaram a lutar com acções judiciais pendentes contra ordens de proibição, obstáculos de registo administrativo, ameaças e intimidações. Na província de Cabinda, dois defensores de direitos humanos foram sentenciados a prisão sob acusações falaciosas a seguir a processos com motivações políticas.

### Detenções Arbitrárias em Cabinda

Um conflito armado intermitente com um movimento separatista tem persistido em Cabinda desde 1975, apesar de um acordo de paz assinado em 2006. As autoridades têm usado por muito tempo o conflito para justificar restrições sobre os direitos à liberdade de expressão, de reunião e de associação neste enclave rico em petróleo. O governo não respondeu às chamadas para uma investigação independente sobre as alegações de tortura e outras violações graves dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas angolanas em Cabinda por muitos anos. Os autores da tortura não foram processados.

Em 2010, as autoridades utilizaram um ataque armado à equipa de futebol do Togo em 8 de Janeiro, que matou dois togolezes e feriu outros nove, como pretexto para prender e condenar proeminentes cabindenses intelectuais e críticos do governo. A frente de libertação do Enclave

de Cabinda, um grupo de guerrilha separatista, reivindicou a responsabilidade pelo ataque. O governo não procedeu a um inquérito credível sobre o incidente.

Apenas dois dos nove homens detidos entre 8 de Janeiro e 11 de Abril foram formalmente acusados de envolvimento directo no ataque, e quando este documento foi escrito eles estavam à espera de julgamento. Seis outros foram formalmente acusados entre Junho e Setembro por "outros crimes" não especificados contra a segurança do Estado, nos termos do artigo 26 da lei 1978 sobre crimes contra a segurança do Estado. Esta disposição legal contraria o direito internacional dos direitos humanos porque não especifica os crimes para os quais as autoridades podem impor penas de prisão.

Os condenados incluem: um trabalhador da Chevron que foi preso em 8 de Janeiro e sentenciado a três anos de prisão em Junho; dois proeminentes defensores dos direitos humanos - Raul Tati, um padre católico e Francisco Luemba, um advogado - que foram presos em Janeiro e condenados a prisão cinco anos em Agosto; e o activista cívico e professor universitário Belchior Lanso Tati e um ex-elemento policial que também foram presos em Janeiro e sentenciados a seis e três anos, respectivamente, de prisão pela mesma acusação. Em Setembro, um antigo activista da associação cívica Mpalabanda, preso em Janeiro de 2010, foi julgado e absolvido.

Outro antigo activista da Mpalabanda, António Paca Panzo Pemba, foi arbitrariamente preso em Abril sob suspeita de ter organizado uma manifestação pública em solidariedade com os presos políticos, juntamente com duas organizações de direitos humanos angolanas. Em Novembro, as acusações contra ele foram retiradas por falta de provas. Cinco outros activistas foram brevemente detidos e libertados provisoriamente em Abril por distribuírem e alegadamente usarem camisetas com os rostos dos presos políticos impressos. Em Novembro, dois professores foram presos e condenados a penas de prisão por "incitar a desobediência civil". Eles tinham criado e distribuído panfletos convidando a população a abster-se de celebração de independência de Angola em 11 de Novembro.

Advogados de defesa em Agosto recorreram para o Tribunal Constitucional buscando a revogação do artigo 26 da lei de criminalidade do Estado de 1978. Em Setembro a ordem dos advogados angolanos também entrou com um pedido relativamente a mesma disposição legal no Tribunal Constitucional. Quando este documento foi escrito a decisão do Tribunal Constitucional estava pendente, e apesar da aprovação de uma lei revista sobre crimes contra a segurança do Estado, as pessoas condenadas permanecem na prisão.

### **A Liberdade dos Media**

O ambiente dos media em Angola continua a ser restritivo, e o governo continua a limitar o acesso à informação, apesar do surgimento de um número de novos meios de comunicação nos últimos dois anos. O partido dominante impõe um forte enviesamento político em meios do Estado. Autoridades, por rotina, limitam o acesso dos meios de comunicação privados para informações oficiais e têm reduzido espaço para o debate político aberto em estações de rádio privadas e estatais, particularmente nas províncias. Eles também têm dificultado cobertura mediática de eventos politicamente sensíveis, como despejos forçados. Em 4 de Novembro, o Parlamento aprovou uma lei revista sobre crimes contra a segurança do Estado, que contém

disposições que limitam a liberdade de expressão, por exemplo, declarando "insultar" do Presidente uma ofensa criminal.

Em Setembro e dois de Outubro jornalistas da Rádio Despertar baseada em Luanda, uma estação de rádio perto do partido da oposição UNITA, foram atacados por homens desconhecidos. Em 5 de Setembro, o jornalista da Rádio Despertar Alberto Tchakussanga foi baleado morto em sua casa. Em 22 de Outubro o satírico da rádio António Manuel Jojó foi esfaqueada na rua, mas sobreviveu. Ambos tinham programas populares críticos do governo e anteriormente tinham recebido ameaças de morte anónimas. No momento em que este documento é escrito, as investigações policiais permanecem inconclusivas.

Difamação continua a ser uma ofensa criminal na nova lei de imprensa. Outros delitos, tais como "abuso da liberdade de imprensa," são vagos e, assim, está aberta a manipulação política. Sem novas acusações de difamação contra jornalistas foram relatadas em 2010, mas um número de processos anteriores contra jornalistas dos jornais semanais Folha 8, A Capital e Novo Jornal permanecem pendentes quando estamos a escrever. Tais litígios, em ambiente económico cada vez mais difícil para os meios de comunicação privados, perpetuam uma cultura generalizada de auto-censura que restringe o acesso do público à informação independente.

Uma nova lei de imprensa foi promulgada em Maio de 2006, mas a legislação adicional exigida para implementar partes cruciais da lei, que iria melhorar a protecção jurídica da liberdade de expressão e de acesso à informação, ainda não passou na elaboração deste documento. Estações de rádio privadas independentes não podem difundir para todo o país, enquanto práticas de licenciamento do governo têm favorecido novas estações de rádio e televisão ligadas com o MPLA e a Presidência. A lei de imprensa 2006 contém disposições que impedem o estabelecimento de monopólios de media e exigem divulgação de accionistas das sociedades de media. Ainda, os accionistas reais das empresas registadas como proprietários de várias sociedades de media estabelecidas desde 2008, alegadamente relacionados com a casa presidencial, não foram divulgados. Em Junho uma empresa alegadamente ligada ao Presidente comprou três dos mais populares jornais semanais conhecidos por suas críticas ao governo, Semanário Angolense, A Capital e 40 por cento do Novo Jornal. A nova Constituição garante a liberdade de reunião e de manifestação pacífica e leis angolanas explicitamente permitam manifestações públicas sem a necessidade de obter autorização governamental. No entanto, em 2010 as autoridades arbitrariamente proibiram duas dessas demonstrações públicas promovidas por organizações da sociedade civil, ameaçando publicamente manifestantes, mediante a implantação de forças de segurança em implantado com o fim de evitar tais manifestações. Em Novembro a polícia também deteve temporariamente manifestantes pacíficos e activistas de partido de oposição em Luanda que foram pacificamente distribuindo panfletos.

Em Março, uma manifestação contra despejos forçados em massa e demolição de casas em Huíla, realizada pela organização de direitos humanos Omunga, foi banida pelo governador da província de Benguela. O governador mobilizou centenas de agentes de polícia e rejeitou publicamente "qualquer responsabilidade" para o resultado de danos físicos ou prejuízos para os manifestantes. A manifestação mais tarde teve lugar em 10 de Abril, após pressão local e

internacional. Em Maio o governador de Cabinda proibiu uma demonstração pública organizada por grupos da sociedade civil em solidariedade com os civis presos por suspeita de crimes de segurança do Estado após o ataque de guerrilha a 8 de Janeiro. O governador mobilizou policiais e militares para impedir a manifestação do que ocorreu em 22 de Maio. Os militares e polícias também cercaram casas dos organizadores no dia da manifestação, apesar de a manifestação ter sido cancelada por seus organizadores.

### **Direito à Habitação e Despejos Forçados**

As leis de Angola não dão protecção adequada contra o despejo forçado, nem consagram o direito à habitação adequada. Em 2010, o Governo continuou a proceder a expulsões forçadas massa e demolições em áreas que afirma serem reservadas para obras públicas em Luanda e cada vez mais também em cidades provinciais. Isto ocorreu sem aviso prévio adequado ou compensação em vários casos documentados.

Entre Março e Outubro foram estimados 25.000 residentes violentamente expulsos das suas casas em Huíla, sem indemnização ou aviso prévio adequado e recolocados em áreas periféricas, sem qualquer infra-estrutura, destinando muitos dos despejados a extrema pobreza. Em Março, o governo ordenou a destruição de pelo menos 3.000 residências no Lubango, província da Huíla para limpar linhas ferroviárias. As demolições têm prosseguido apesar das maciças críticas públicas dos despejos por organizações da sociedade civil, a Igreja Católica, partidos da oposição, o Parlamento e uma desculpa pública pelo Ministro da administração Territorial. Em Setembro e Outubro, o governo fez demolir pelo menos 1.500 casas e anexos no lado do rio no Lubango para abrir caminho para um projecto de embelezamento urbano.

### **Os Principais Actores Internacionais**

Angola continua a ser um dos maiores produtores de petróleo da África e a segunda mais importante fonte da China de petróleo e o mais importante parceiro comercial na África. Esta riqueza em petróleo e poder militar regional de Angola, grandemente limitou o aproveitamento de outros governos e organizações internacionais, no sentido de levar à boa governação e respeito pelos direitos humanos. Parceiros comerciais continuam relutantes em criticar o governo, para proteger seus interesses económicos. Desde 2009 queda petróleo e dos preços de diamante e a crise económica mundial forçaram o governo a desenvolver mais esforços na procura do apoio de parceiros internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional com que Angola assinou o compromisso, Stand-by-Arangement, de Novembro de 2009.

Em Fevereiro, Angola passou por revisão periódica Universal no Conselho de direitos humanos das Nações Unidas. Angola aprovou uma série de recomendações importantes dos Estados-Membros. No entanto, ele não emitiu um convite permanente a todos os relatores especiais das Nações Unidas, tal como solicitado por um número de Estados-Membros, bem como organizações locais e internacionais de direitos humanos. Em Maio, Angola foi reeleito como membro do Conselho e reiterou o seu compromisso de assinar ou ratificar todos os instrumentos internacionais principais de direitos humanos. No entanto, nenhuma das contratações pendentes ou ratificações teve lugar apesar de uma promessa anterior em 2007.